



CETESB

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2024

Índice

Demonstrações Financeiras Individuais

Análise de Desempenho	2
Balço Patrimonial	7
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Notas Explicativas.....	12
Pareceres e Declarações	
Relatório de Revisão das Informações Contábeis Intermediárias - Sem Ressalva.....	42

RESULTADOS 2T24



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de



Seguem as informações referentes ao 2º trimestre de 2024 – 2º ITR 2024, com os principais valores expressos em milhares de reais, acompanhadas dos comentários de desempenho.

Balanco Patrimonial: O total de ativos ao final do 2º trimestre de 2024 foi de R\$ 333.797 mil. O patrimônio líquido da CETESB alcançou R\$ 95.170 mil, demonstrando uma posição financeira sólida e bem estruturada.

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): A CETESB apresentou um lucro líquido de R\$ 37.799 mil no 2º trimestre de 2024, em contraste com um prejuízo de R\$ 32.935 mil registrado no mesmo período do ano anterior, evidenciando uma significativa recuperação financeira (2 DRE_30.06.24).

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC): O fluxo de caixa operacional foi negativo em R\$ 13.507 mil, refletindo desafios operacionais. O saldo final de caixa, porém, permaneceu positivo, atingindo R\$ 45.654 mil (3 DFC 30.06.24).

O Relatório de Auditoria Independente, sem ressalvas, referente ao segundo trimestre de 2024 (2º ITR 2024) foi emitido pela RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES, confirmando a integridade e exatidão das demonstrações financeiras apresentadas

RECEITA

As receitas da CETESB para o 2T24 incluem subvenções recebidas da Fazenda do Estado, além de receitas geradas por atividades sob o poder de polícia, como licenciamento ambiental, aplicação de multas ambientais, e taxas de fiscalização. Outras fontes importantes de receita são as vendas de serviços e produtos, que abrangem análises laboratoriais, certificação de veículos, cursos oferecidos pela Escola Superior, emissão de certidões, entre outros.

No 2T24, a CETESB apresentou uma receita líquida de R\$ 157,5 milhões, representando um aumento de 13% em comparação com os R\$ 138,9 milhões registrados no 2T23. É importante destacar as variações específicas nas principais fontes de receita:

Subvenção: Houve um aumento significativo na subvenção recebida, totalizando R\$ 35,2 milhões no 2T24, o que representa um crescimento de 87% em relação aos R\$ 18,8 milhões recebidos no mesmo período de 2023. Essa subvenção foi crucial para o custeio de despesas de "Pessoal e Encargos Sociais" e "Custeio", conforme estipulado pela Lei Orçamentária Anual e pelo Decreto Estadual.

Licenciamento Ambiental: A receita proveniente de licenciamento ambiental foi de R\$ 102,2 milhões, um crescimento de 11% em relação aos R\$ 91,7 milhões registrados no 2T23.

Multas Ambientais: Houve uma redução significativa na receita proveniente de multas ambientais, que totalizou R\$ 13,6 milhões no 2T24, uma queda de 39% em comparação aos R\$ 22,4 milhões no 2T23. Essa redução é atribuída a um recebimento de uma infração de cerca de R\$ 12 milhões de reais em junho de 2023.

Taxa de Fiscalização Ambiental: A receita gerada por taxas de fiscalização ambiental foi de R\$ 9,3 milhões, representando um aumento de 10% em relação aos R\$ 8,5 milhões no 2T23.

Vendas de Serviços e Produtos: A receita com a venda de serviços e produtos cresceu 4%, totalizando R\$ 3,5 milhões no 2T24, em comparação aos R\$ 3,3 milhões do 2T23. Este crescimento é impulsionado pela demanda por serviços de certificações de veículos.



RESULTADOS 2T24

Receita (R\$ mil)	2T24	2T23	Varição (Valor)	Varição (%)
Subvenção	35.158	18.840	16.318	87%
Licenciamento	102.184	91.688	10.496	11%
Multas Ambientais	13.646	22.427	- 8.781	-39%
Taxa Fiscalização Ambiental	9.293	8.478	815	10%
Venda de Serviços e Produtos	3.467	3.322	145	4%
Receita Bruta	163.748	144.755	18.993	13%
Deduções	(6.214)	(5.875)	(339)	6%
Receita Líquida	157.534	138.880	18.654	13%

DESPESAS

No contexto das demonstrações financeiras, a classificação de Custos e Despesas é crucial para entender a estrutura financeira da CETESB e como os recursos são alocados para suas diversas operações. A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) divide esses gastos em duas categorias principais:

Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados: Esta categoria abrange todos os custos diretamente associados à produção e entrega dos serviços e produtos da CETESB, incluindo aqueles subsidiados por subvenções governamentais. Esses custos são inerentes às operações que geram receita para a Companhia, como licenciamento ambiental, fiscalização e outros serviços especializados. Exemplos típicos de itens nesta categoria incluem salários dos funcionários diretamente envolvidos na produção, materiais utilizados, depreciação de ativos operacionais e serviços de terceiros contratados para essas atividades.

Despesas Gerais e Administrativas: Em contraste, as Despesas Gerais e Administrativas referem-se aos gastos necessários para manter a estrutura administrativa e operacional da CETESB, mas que não estão diretamente ligados à geração de receita. Esta categoria inclui despesas com a gestão, manutenção da sede e escritórios, despesas com RH não diretamente ligados à produção, e outros custos administrativos, como serviços de terceiros para suporte administrativo, despesas com viagens de caráter administrativo, e custos com aluguel e manutenção de imóveis.

A distinção entre essas duas categorias permite uma análise detalhada de onde os recursos estão sendo aplicados e como esses custos impactam os resultados operacionais da CETESB. Ao analisar a evolução desses custos ao longo dos trimestres, é possível avaliar a eficiência operacional e administrativa da Companhia e identificar áreas que possam necessitar de ajustes ou melhorias.

RESULTADOS 2T24

Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados

	6M24	6M23	2ITR24	2ITR23
Pessoal e Reflexos	178.994	166.947	89.320	87.070
Remuneração Diretoria	707	592	373	315
Assistência Médica	9.668	8.953	4.887	3.939
Materiais	3.463	4.994	2.117	2.230
Serviços de Terceiros	9.981	8.228	5.023	3.878
Viagens	957	563	650	379
Aluguéis	449	349	232	208
Utilidades	1.822	1.812	956	864
Imp/Taxas e Contribuições	435	864	21	156
Depreciações/Amortizações	6.745	5.146	3.489	2.582
Distribuição de Custos	2.281	2.217	1.247	1.150
Demais Despesas	184	385	94	141
Total	215.686	201.050	108.409	102.912

Despesas Gerais e Administrativas

	6M24	6M23	2ITR24	2ITR23
Pessoal e Reflexos	50.393	58.751	25.523	33.913
Pessoal Afastamento SEMIL	12.119	6.907	5.927	(994)
Pessoal Afastamento Fund Florestal	556	177	300	(3)
Remuneração Diretoria	403	385	204	198
Assistência Médica	5.915	7.879	3.384	3.681
Remuneração Órgãos Estatutários	1.177	1.119	588	633
Recup. Pessoal Afastamentos Outros Órgãos	(131)	(125)	(57)	(54)
Materiais	1.213	1.146	527	633
Serviços de Terceiros	6.992	6.075	4.644	3.241
Servs. Prestados Partes Relacionadas	414	226	28	43
Viagens	386	293	236	165
Aluguéis	1.592	102	830	52
Utilidades	1.336	1.151	737	519
Seguros	274	129	145	73
Imp/Taxas e Contribuições	100	677	25	358
Depreciações/Amortizações	2.823	2.522	2.577	1.328
Baixas com venda de imobilizado	(1.165)	-	(1.078)	-
Distribuição de Custos	(2.281)	(2.217)	(1.247)	(1.150)
Demais Despesas	2.308	482	(425)	138
Total	84.424	85.679	42.868	42.774

Pessoal e Reflexos

Somando os valores das duas tabelas, os custos com Pessoal e Reflexos no 2T24 totalizaram R\$ 139.713 mil (R\$ 89.320 mil + R\$ 50.393 mil). Em comparação com o 2T23, que totalizou R\$ 145.821 mil (R\$ 87.070 mil + R\$ 58.751 mil), houve uma redução de R\$ 6.108 mil ou -4%. Essa diminuição nos custos pode ser atribuída especialmente por desligamentos associados à demissão consensual.

RESULTADOS 2T24

Assistência Médica

Os custos combinados com Assistência Médica no 2T24 somaram R\$ 10.802 mil (R\$ 4.887 mil + R\$ 5.915 mil), contra R\$ 11.818 mil (R\$ 3.939 mil + R\$ 7.879 mil) no 2T23, resultando em uma redução de R\$ 1.016 mil ou -9%. A queda nos custos pode ser explicada por desligamentos associados à demissão consensual.

Materiais

Os custos com Materiais totalizaram R\$ 3.330 mil no 2T24 (R\$ 2.117 mil + R\$ 1.213 mil), em comparação com R\$ 3.376 mil no 2T23 (R\$ 2.230 mil + R\$ 1.146 mil), mostrando uma pequena redução de R\$ 46 mil ou -1%. Esta leve redução sugere eficiência na utilização de materiais, mantendo os custos sob controle sem comprometer a operação.

Serviços de Terceiros

Os custos combinados com Serviços de Terceiros no 2T24 atingiram R\$ 12.015 mil (R\$ 5.023 mil + R\$ 6.992 mil), contra R\$ 9.953 mil no 2T23 (R\$ 3.878 mil + R\$ 6.075 mil), resultando em um aumento de R\$ 2.062 mil ou 21%. Esse crescimento reflete uma maior necessidade de contratação de serviços especializados para atender às demandas operacionais e administrativas da CETESB, como por exemplo os serviços de TI e transporte de amostras laboratoriais.

Viagens

Os custos relacionados a Viagens no 2T24 totalizaram R\$ 1.036 mil (R\$ 650 mil + R\$ 386 mil), em comparação com R\$ 672 mil no 2T23 (R\$ 379 mil + R\$ 293 mil), resultando em um aumento de R\$ 364 mil ou 54%. O aumento significativo está ligado à intensificação das atividades que requerem deslocamento, como fiscalizações e treinamentos.

Aluguéis

Os custos combinados com Aluguéis no 2T24 foram de R\$ 1.824 mil (R\$ 232 mil + R\$ 1.592 mil), em comparação com R\$ 310 mil no 2T23 (R\$ 208 mil + R\$ 102 mil), representando um aumento expressivo de R\$ 1.514 mil ou 488%. Esse aumento substancial pode ser atribuído à celebração de novos contratos de locação ou à renovação de contratos existentes em condições menos favoráveis.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Durante o segundo trimestre de 2024, a CETESB apresentou uma movimentação significativa relacionada às provisões para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas provisões são importantes para garantir que a empresa esteja adequadamente preparada para eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e outras responsabilidades.

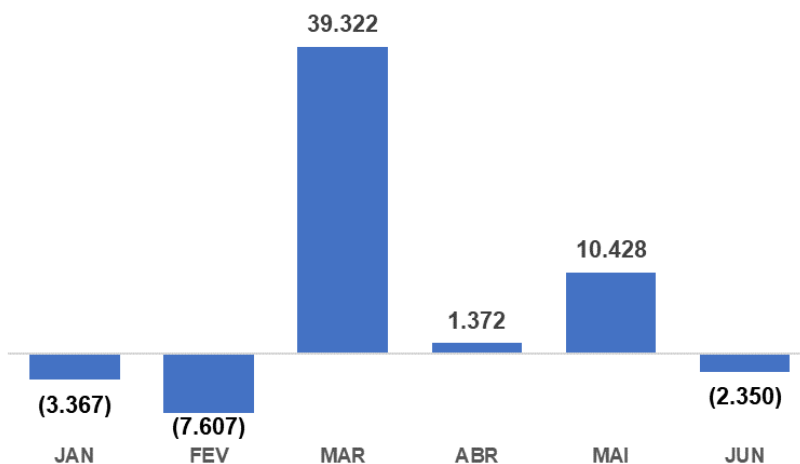
No caso das provisões e reversões de contingências trabalhistas e cíveis, a CETESB registrou um saldo de R\$ 49.953 mil no semestre. O principal destaque foi a reversão do provisionamento referente aos dissídios coletivos dos anos de 2020/2021 e 2021/2022.

Além disso, houve outras provisões e reversões, que somaram R\$ 2.232 mil, refletindo ajustes em outras áreas operacionais. Esses ajustes são essenciais para manter a integridade financeira e assegurar que os passivos potenciais sejam tratados com a devida cautela.

RESULTADOS 2T24

RESULTADOS

No 2T24, a CETESB apresentou um lucro líquido de R\$ 32,1 milhões, contrastando com o prejuízo líquido de R\$ 29,4 milhões registrado no mesmo período do ano anterior. Essa melhoria expressiva no desempenho financeiro deve-se, em grande parte, à reversão de provisões trabalhistas relacionadas aos dissídios coletivos dos anos de 2020/2021 e 2021/2022, o que aliviou significativamente as despesas operacionais e contribuiu para o resultado positivo neste trimestre. Abaixo, seguem os resultados apurados mensais de 2024.



Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de junho de 2024 e 2023

ATIVO	30.06.2024	31.12.2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.06.2024	31.12.2023
CIRCULANTE	118.344	137.509	CIRCULANTE	121.386	183.452
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios (nota 04)	38.489	62.520	Fornecedores (nota 11)	7.648	11.796
Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (nota 04)	7.165	7.821	Salários e Remunerações a Pagar (nota 12)	71.108	71.953
Clientes e Outras Contas a Receber	505	671	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 13)	17.369	23.593
Adiantamentos a Empregados (nota 05)	10.253	4.963	Adiantamentos de Convênios (nota 14)	3.219	3.484
Adiantamentos a Fornecedores	1.860	2.569	Adiantamentos de Clientes	763	226
Impostos a Recuperar (nota 06)	233	199	Outras Contas a Pagar	172	177
Parcelamentos a Receber (nota 07)	6.750	8.101	Provisão para Contingências (nota 15)	21.107	72.153
Depósitos Judiciais (nota 15)	46.892	45.348	Provisão para Contribuição Social	0	70
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 08)	1.385	887			
Estoques	1.175	862			
Despesas Exercício Seguinte	3.637	3.568			
NÃO CIRCULANTE	215.453	216.341	NÃO CIRCULANTE	117.241	113.042
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	57.325	59.700	Impostos Reservas de Reavaliação	427	441
Depósitos Judiciais (nota 15)	10.770	9.775	Adiantamentos de Convênios (nota 14)	3.947	4.337
Adiantamentos a Empregados (nota 05)	2.807	3.470	Provisão para Contingências (nota 15)	27.215	26.825
Parcelamentos a Receber (nota 07)	9.558	11.427	Provisão para Contrib. Prev. (nota 16)	85.652	81.439
Antecipação de Dividendos (nota 17d)	7.133	7.133			
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 08)	25.153	25.920	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	95.170	57.356
Impostos a Recuperar (nota 06)	1.904	1.975	Capital Social (nota 17a)	170.377	170.377
IMOBILIZADO (nota 09)	156.606	154.708	Ações em Tesouraria (-)	(1)	(1)
INVESTIMENTO	8	8	Reservas de Reavaliação (nota 17b)	18.857	18.998
INTANGÍVEL (nota 10)	1.514	1.925	Prejuízos Acumulados (nota 17c)	(94.063)	(132.018)
TOTAL	333.797	353.850	TOTAL	333.797	353.850



Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de Junho de 2024 e 2023

	nota	Acumulado 01.01.2024 a 30.06.2024	Acumulado 01.01.2023 a 30.06.2023	2º Trimestre 01.04.2024 a 30.06.2024	2º Trimestre 01.04.2023 a 30.06.2023
RECEITA DE SERVIÇOS E VENDAS					
Subvenção de Custeio		66.537	37.018	35.158	18.840
Exercício do Poder de Polícia Delegado		219.421	219.884	125.123	122.594
Venda de Serviços e Produtos		6.041	6.839	3.467	3.324
Deduções		(11.414)	(11.153)	(6.214)	(5.875)
TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS	18	280.585	252.588	157.534	138.883
CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS E SUBVENCIONADOS	19	(215.686)	(201.050)	(108.409)	(102.912)
LUCRO BRUTO		64.899	51.538	49.125	35.971
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas Administrativas	19	(84.424)	(85.679)	(42.868)	(42.774)
Despesas/Reversão de Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		5.542	5.143	3.374	2.810
Outras Despesas e Receitas Operacionais	20	51.728	(7.788)	(172)	4.277
		(27.154)	(88.324)	(39.666)	(35.687)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS		37.745	(36.786)	9.459	284
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	21	54	3.851	(8)	4.458
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		37.799	(32.935)	9.451	4.742
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	-	-
LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO		37.799	(32.935)	9.451	4.742
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES DE CAPITAL		R\$ 6,65	(R\$ 5,82)	R\$ 1,66	R\$ 0,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2T24

Valores em milhares de reais

**Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de Junho de 2024 e 2023**

	30.06.2024	30.06.2023	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro/Prejuízo do Período	37.799	(32.935)	
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Provisão Contingências Trabalhistas/Cíveis	(49.954)	19.495	nota 15
Provisão para Contribuições Fiscais	535	653	nota 15
Provisão para Contribuições Previdenciárias	4.213	4.631	nota 21
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa	(24.300)	(9.632)	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outras	1.778	2.608	
Provisão PPR-Progr.Partic.Resultados	(10.967)	(12.424)	
Provisão Plano de Carreira	1.323	-	
Provisão Férias/13º Salário/Licença Premio	8.815	10.501	
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(70)	(555)	nota 9
Depreciação do Imobilizado	9.156	7.245	nota 9
Baixas de Depreciação	(1.165)	-	nota 9
Amortização do Intangível	411	416	nota 9
Realização Reserva de Reavaliação	14	14	
Ajustes Imobilizações em andamento	118	-	nota 9
Baixas no Ativo Imobilizado	1.172	9.084	nota 9
Subtotal	(21.122)	(899)	
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante			
Cientes e Outras Contas a Receber	166	59	
Adiantamentos a Empregados	(5.227)	(7.132)	
Adiantamentos a Fornecedores	709	(1.925)	
Impostos a Recuperar	(60)	2	
Parcelamentos a Receber	2.141	3.411	
Valores a Receber - Dívida Ativa	24.568	9.497	
Estoques	(313)	58	
Despesas Exercício Seguinte	(69)	(333)	
Depósitos Restituíveis	(2.539)	(912)	
Subtotal	19.376	2.725	
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante			
Fornecedores	(4.149)	(1.315)	
Salários e Remunerações a Pagar	(15)	131	
Impostos e Contribuições a Recolher	(6.224)	(3.321)	
Adiantamentos de Convênios	(655)	(72)	
Adiantamentos de Clientes	538	381	
Outras Contas a Pagar	(5)	(2)	
Impostos Reservas de Reavaliação	(14)	(14)	
Baixas Contingências Trabalhistas/Cíveis	(1.237)	(7.381)	nota 15
Subtotal	(11.761)	(11.593)	
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	(13.507)	(9.767)	
Atividades de Investimento			
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(11.179)	(18.992)	nota 9
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(11.179)	(18.992)	
Atividades de Financiamento			
Recursos destinados a Aumento de Capital	-	800	
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-	800	
Capital Circulante Líquido	(24.686)	(27.959)	
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	70.340	80.094	
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	45.654	52.135	
Varição líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa	24.686	27.959	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 2T24

Valores em milhares de reais

**Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de Junho de 2024 e 2023**

	Capital Social	Adiant. Aumento de Capital	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas Legal	Reserva de Lucros Reservas Lucros a Realizar	Reservas de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	169.577	-	(1)	-	-	-	19.282	(109.392)	79.466
Adiantamento para aumento de capital	-	800	-	-	-	-	-	-	800
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	(141)	-	(141)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	-	156	156
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	(32.935)	(32.935)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	169.577	800	(1)	-	-	-	19.141	(142.171)	47.346
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	170.377	-	(1)	-	-	-	18.998	(132.018)	57.356
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	(141)	-	(141)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	-	156	156
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	37.799	37.799
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	170.377	-	(1)	-	-	-	18.857	(94.063)	95.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - 2T24

Valores em milhares de reais

**Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de Junho de 2024 e 2023**

	Acumulado 01.01.2024 a 30.06.2024	Acumulado 01.01.2023 a 30.06.2023	2º Trimestre 01.04.2024 a 30.06.2024	2º Trimestre 01.04.2023 a 30.06.2023
LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	37.799	(70.518)	9.451	4.742
Realização das reservas de reavaliação	(141)	(141)	(70)	(70)
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação	156	156	78	78
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	37.814	(70.503)	9.459	4.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS DO 2º TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 – Alto de Pinheiros – São Paulo – SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9999% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16 e a Instrução nº 480, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o trimestre

a) Diminuição da subvenção econômica

A CETESB recebeu a título de subvenção econômica da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, registrada nas rubricas “Pessoal e Encargos Sociais” e “Custeio”, R\$ 66.537 dos R\$ 79.555 previstos na Lei Orçamentária Anual (“LOA” - Lei Estadual nº 17.863 de 22/12/2023 e Decreto Estadual nº 68.309 de 18/01/2024), para o primeiro semestre de 2024. A redução do repasse correspondeu a 16,3%

b) Continuidade Operacional

Apesar da diminuição dos recursos de subvenção durante o período de 16,3%, contra 53,1% do mesmo período do exercício anterior, a Secretaria da Fazenda e Planejamento continua monitorando os fluxos de caixa através do SIEDESC (Sistema Integrado de Execução da

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesa, Empenho e Controle), e libera a subvenção paulatinamente, de acordo com a previsão de fluxo de caixa da CETESB, a fim de garantir a sustentabilidade das atividades, sem prejuízo de sua continuidade operacional. Contudo, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros considerados normais para uma empresa estatal dependente, com níveis mínimo e máximo de caixa dentro dos padrões do controlador.

c) Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias referentes ao 2º trimestre de 2024 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, em 23 de agosto de 2024 e 27 de agosto de 2024, respectivamente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**- Declaração de conformidade e base de preparação:**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

- Moeda funcional e de apresentação:

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

- Uso de estimativas e premissas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, assim, a Companhia revisa suas premissas e conseqüentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

no 2º trimestre de 2024 foram:

a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)

Em consonância com o normativo contábil NBC TG 01 (R4), a Companhia estabelece procedimentos que assegurem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Para tanto, contratou empresa técnica especializada para prestação de serviços de avaliação patrimonial, para fins de atualização da conciliação físico/contábil dos bens tangíveis e intangíveis da CETESB. A referida empresa avaliou os ativos em consonância as Resoluções nº 4.534 e 4.535 de 24/11/2016 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e suas atualizações e as instruções da referida norma contábil, bem como, os pressupostos do CPC 01 (teste de recuperabilidade), CPC 04 (Vida remanescente dos ativos intangíveis), CPC 10 (Valor de reposição/ Valor justo/ Mercado Residual) e CPC 27 (Vida remanescente dos ativos imobilizados). O parecer foi emitido em 15/04/2024 constatando que a Companhia não apresenta indício de perda do valor recuperável dos ativos, dispensando, assim, a necessidade de constituição de provisão por estimativa de perda de valor recuperável. Além disso, não foi identificada indicação de que algum Ativo ou grupo de Ativos da CETESB possa ter sofrido desvalorização em função de sua vida útil.

b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos.

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes – CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários cujos processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – Geral – NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são provisionados.

d) Normas e interpretações novas e revisadas

Até 30 de junho de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciaram as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente aos exercícios anteriores.

a) Disponibilidades

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 4).

b) Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da empresa, como, por exemplo, suportes de reagentes aos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

c) Depósitos Judiciais e Recursais

Depósitos recursais são descaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

d) Imobilizado

Até 31/12/2003, o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. Neste processo, a Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, foi contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4), quando há indícios de perda.

e) Ativo Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 10).

f) Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 30 de junho de 2024 (nota explicativa nº 12).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***g) Contabilização dos Convênios**

A Companhia celebra “Convênios” com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas (nota explicativa nº 14).

h) Contribuição Social

A Companhia optou pela tributação com base no Lucro Real. Em 30/06/2024, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, teve uma base de cálculo negativa de R\$ 4.422, ficando dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

j) Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

4. Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado.

As aplicações financeiras vinculadas a convênios observam os mesmos procedimentos dos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recursos próprios, todavia, são tratados separadamente porque estão vinculados aos chamados “convênios” (vide nota explicativa 14) e não podem ser aplicados na operação regular da Companhia.

	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Bancos	997	2.567
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	37.492	59.953
Total Recursos Próprios	<u>38.489</u>	<u>62.520</u>
Aplicações Financeiras - Vinculadas a Convênios	<u>7.165</u>	<u>7.821</u>
Total	45.654	70.341

5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

São os adiantamentos decorrentes de férias a usufruir no mês subsequente, adiantamento de 13º salário; assistência médica; viagens e multas de trânsito de empregados autorizados a conduzir veículos da Companhia em suas atividades. Com relação ao adiantamento de assistência médica, vale ressaltar que o plano de saúde que a CETESB oferece aos seus empregados é administrado pela própria empresa, ou seja, os prestadores de serviços médicos são contratados pela CETESB, que arca com cerca de 85% das despesas. A parte dos empregados é contabilizada na rubrica de adiantamento de assistência médica e é reembolsada pelo empregado mediante parcelas mensais descontadas no salário. Para os adiantamentos que ultrapassam o exercício corrente é constituída provisão para perdas de liquidação duvidosa baseado em dados estatísticos do IBGE, levando em consideração a expectativa de vida da população brasileira. Em 30/06/2024 a expectativa era de 75,5 anos.

	<u>CIRCULANTE</u>		<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Adiantamento de Assistência Médica	1.852	1.938	15.167	14.270
Adiantamento de Férias	2.521	2.850	-	-
Adiantamento de 13º Salário	5.584	-	-	-
Diversos	296	175	-	-
Atualização Legal Assistência Médica	-	-	(9.665)	(8.702)
PCLD - Assistência Médica	-	-	(2.695)	(2.098)
Total	<u>10.253</u>	<u>4.963</u>	<u>2.807</u>	<u>3.470</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

a) Curto Prazo

	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Imposto de Renda	5	5
Pasep	2	4
Cofins	10	20
CSLL	146	100
Antecipação de Contribuição Social	70	70
Total	233	199

b) Longo Prazo

A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, conforme decisão proferida em seu favor junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Dessa forma, para todos os impostos retidos durante o exercício são feitos pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil, via PERDCOMP, após entrega da ECF – Escrituração Contábil Fiscal. A mesma prática é adotada para as Contribuições Sociais dos exercícios em que foram apuradas base negativa.

	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Imposto de Renda - Exercícios Anteriores	908	901
CSLL - Exercícios Anteriores	804	817
CSLL Estimada	1.215	1.182
PCLD	(1.023)	(925)
Total	1.904	1.975

7. PARCELAMENTOS A RECEBER

São os créditos decorrentes de aplicação de multas ambientais, conforme a legislação vigente, em empresas e outras entidades que aderiram a um programa de parcelamento, e da prestação de serviços diversos. No intuito de garantir a liquidez, estes recebíveis são avaliados trimestralmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, e, quando constatada inadimplência recorrente evidenciando baixa probabilidade de recebimento, a transferência dos valores do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda - PCLD. O critério adotado para constituição da provisão para perda são os títulos vencidos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

há mais de 6 meses. No decorrer do exercício é realizada uma projeção mensal da UFESP para o final do ano, de acordo com a evolução do índice IPC-Fipe, e os títulos em aberto são atualizados de acordo com essa projeção.

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
Multas Fontes Móveis	768	957	24.060	23.272
Multas Fontes Estacionárias	3.834	4.713	12.330	12.720
Multas Agenda Verde	2.186	2.502	3.567	4.098
Assistência Médica	92	99	837	807
Diversos	28	28	90	104
PCLD	(158)	(198)	(32.267)	(31.148)
Atualização Legal	-	-	941	1.574
Total	6.750	8.101	9.558	11.427

8. VALORES A RECEBER – DÍVIDA ATIVA

No segundo trimestre de 2024, a Companhia prosseguiu com as inscrições de multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa – SDA, administrado pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, apropriando no resultado somente quando a receita é classificada como provável, com perspectiva de recebimento praticamente certo.

Para os títulos a receber, registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, a Companhia constituiu provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa na ordem de 97%, independentemente do prazo de inscrição do título, em consonância a um estudo técnico baseado na análise da média histórica de recebimentos, tomando por base os três últimos exercícios. Esta metodologia foi aprovada na reunião nº 564 do dia 20/10/2021 do Conselho de Administração e é revisado anualmente pela área competente.

a) Inscrições na Dívida Ativa - CIRCULANTE:

	30.06.2024	31.12.2023
Recebimentos com perspectiva de até 1 exercício social	11.789	11.278
Arrecadação de multas a repassar	1.032	549
PCLD (-)	(11.436)	(10.940)
Total	1.385	887

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***b) Inscrições na Dívida Ativa – NÃO CIRCULANTE:**

	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Recebimentos com perspectiva acima de 1 exercício social	822.899	838.355
PCLD (-)	(798.212)	(813.204)
Atualização Legal	15.524	25.631
PCLD (-)	<u>(15.058)</u>	<u>(24.862)</u>
Total	25.153	25.920

c) Composição da PCLD – Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa

	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Multas Fontes Estacionárias	749.222	763.351
Multas Fontes Móveis	335	358
Multas Agenda Verde	<u>48.655</u>	<u>49.495</u>
Total	798.212	813.204

Com o intuito de aprimorar o critério de estabelecimento da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia vem envidando esforços, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, para analisar os processos de multas ambientais inscritos na dívida ativa do Estado, os quais totalizam aproximadamente 11.936 inscrições, até 30 de junho de 2024.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. IMOBILIZADO

a) Saldos Patrimoniais

	Depreciação		30.06.2024		31.12.2023		Líquido
	Taxa % a.a.	Custo	Deprec. Acumulada	Líquido	Custo	Deprec. Acumulada	
Terrenos		14.957	-	14.957	14.957	-	14.957
Edifícios e Instalações	1,82 a 2,86	76.350	(46.943)	29.407	75.191	(45.141)	30.050
Rede Telemétrica	10	2.233	(2.233)	-	2.233	(2.233)	-
Máquinas e Equipamentos	10	139.097	(82.770)	56.327	122.292	(78.548)	43.744
Móveis e Utensílios	10	5.671	(4.346)	1.325	5.203	(4.279)	924
Veículos e Embarcações	20 e 5	15.402	(11.331)	4.071	15.408	(10.769)	4.639
Microcomputadores/Periféricos	20	33.676	(20.289)	13.387	30.536	(19.659)	10.877
Benfeitorias em Prop.de 3º	20	36.615	(11.619)	24.996	36.544	(10.915)	25.629
Outras Imobilizações		1.016	(128)	888	1.014	(124)	890
Imobilizações em Andamento		11.248	-	11.248	22.998	-	22.998
Total		336.265	(179.659)	156.606	326.376	(171.668)	154.708

b) Movimentação

	31.12.2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Baixas Depreciação	Ajustes	Depreciações	30.06.2024
Terrenos	14.957	-	-	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	30.050	82	(39)	1.116	39	-	(1.841)	29.407
Máquinas e Equipamentos	43.744	1.894	(30)	14.941	30	-	(4.252)	56.327
Móveis e Utensílios	924	493	(56)	32	56	-	(124)	1.325
Veículos e Embarcações	4.639	-	(7)	-	7	-	(568)	4.071
Microcomputadores/Periféricos	10.877	4.180	(1.040)	-	1.033	-	(1.663)	13.387
Benfeitorias em Prop.de 3º	25.629	-	-	72	-	-	(705)	24.996
Outras Imobilizações	890	1	-	-	-	-	(3)	888
Imobilizações em Andamento	22.998	4.529	-	(16.161)	-	(118)	-	11.248
Total	154.708	11.179	(1.172)	-	1.165	(118)	(9.156)	156.606

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Exercício Anterior

	<u>31.12.2022</u>	Aquisições	Baixas	Transferências	Baixas Depreciação	Depreciações	<u>31.12.2023</u>
Terrenos	14.957	-	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	24.235	178	(25)	8.681	84	(3.103)	30.050
Rede Telemétrica	-	-	(53)	-	53	-	-
Máquinas e Equipamentos	31.163	2.565	(4.594)	17.205	4.212	(6.807)	43.744
Móveis e Utensílios	959	211	(223)	5	215	(243)	924
Veículos e Embarcações	5.283	705	(4.884)	5	4.865	(1.335)	4.639
Microcomputadores/Periféricos	7.373	2.679	(2.045)	3.173	2.036	(2.339)	10.877
Benfeitorias em Prop.de 3º	25.782	167	-	1.064	-	(1.384)	25.629
Outras Imobilizações	874	32	-	(9)	-	(7)	890
Imobilizações em Andamento	42.525	9.863	-	(29.390)	-	-	22.998
Total	153.151	16.400	(11.824)	734	11.465	(15.218)	154.708

10. INTANGÍVEL

Composto por licenças de softwares adquiridas para utilização da Companhia em suas atividades administrativas e operacionais, os saldos de intangível são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

a) Saldos Patrimoniais

Amortização	<u>30.06.2024</u>			<u>31.12.2023</u>		
	Taxa % a.a.	Custo	Líquido	Custo	Líquido	Líquido
20	<u>13.144</u>	<u>11.630</u>	<u>1.514</u>	<u>13.144</u>	<u>11.219</u>	<u>1.925</u>
	13.144	11.630	1.514	13.144	11.219	1.925

b) Movimentação

	<u>31.12.2023</u>	Aquisições	Baixas	Transf. Entre Contas	Amortizações	<u>30.06.2024</u>
Software	<u>1.925</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(411)</u>	<u>1.514</u>
Total	1.925	-	-	-	(411)	1.514

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Exercício Anterior

	31.12.2022	Aquisições	Baixas	Transf. Entre Contas	Amortizações	31.12.2023
Software	2.752	-	-	-	(827)	1.925
Total	2.752	-	-	-	(827)	1.925

11. FORNECEDORES

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia, bem como, pela aquisição de Imobilizado/Intangível. Os ativos imobilizados e intangíveis são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. Os principais fornecedores estão destacados no quadro abaixo:

	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Prestação de serviços diversos	2.608	3.473
Devolução de Taxas	1.248	449
Serviços de Informática	1.243	1.614
Materiais de Laboratório	569	863
Serviços Assistência Médica	404	3.560
Serviços de Limpeza	401	372
Serviços de Manutenção	258	466
Serviços de Segurança	204	196
Energia Elétrica	195	378
Água e Esgoto	173	112
Telefonia	129	158
Máquinas e Equipamentos	115	107
Materiais Diversos	101	48
Total	<u>7.648</u>	<u>11.796</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR

	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Salários	236	252
Prov.Férias e Encargos Sociais	48.134	49.042
Prov.13º Sal e Encargos Sociais	9.734	-
Prov. Licença Premio	113	123
Prov. Plano de Carreira	1.984	661
Prov. Prog. Partic. Resultados	10.907	21.875
Total	<u>71.108</u>	<u>71.953</u>

A Companhia efetua o pagamento dos salários dentro do próprio mês de competência. As férias, o 13º salário e a licença prêmio são provisionados com os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS). O PPR – Programa de Participação nos Resultados é provisionado com base na folha de pagamento do mês de dezembro do ano anterior.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CIRCULANTE	
	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Folha de Pagamento	15.333	21.543
De Terceiros	2.008	2.022
Outros	28	28
Total	<u>17.369</u>	<u>23.593</u>

14. ADIANTAMENTOS DE CONVÊNIOS

A Companhia celebrou vários instrumentos que foram agrupados e chamados de “convênios”. Dentre eles encontram-se: Termos de Convênios, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Termos de Compensação Ambiental, Instrumentos de Acordos decorrentes de sentenças judiciais, Termos de Doação, Termos de Colaboração e outros. Cada convênio tem suas cláusulas, tais como: objetivo, plano de trabalho, cronograma, valor, prazo e outras. A maior parte deles foi celebrada com o FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos que tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos no Estado de São Paulo e com a SABESP, que constitui na cooperação e integração técnica entre as companhias para

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

realizar o monitoramento da qualidade do ar em função do teste de oxigenação no Rio Pinheiros. Na tabela abaixo foram detalhados os valores recebidos antecipadamente para o desenvolvimento de projetos e estão sujeitos a aprovação final, após análise das prestações de contas.

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
FEHIDRO	1.743	1.948	2.598	2.904
COSAN	69	67	-	-
PETROBRAS	48	66	344	475
CERJU	328	311	834	793
SABESP	696	668	-	-
DAEE	122	119	171	165
LATU URUGUAI	213	305	-	-
Total	3.219	3.484	3.947	4.337

15. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

Com base na análise e classificação dos processos ajuizados contra a Companhia, suportadas por opinião de seu Departamento Jurídico, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais no Passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis:

Contingências	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Trabalhistas	18.772	67.674	2.251	2.545
Cíveis	2.335	4.479	3.127	2.978
Fiscais:				
Autos Infrações 2009	-	-	21.837	21.302
Total	21.107	72.153	27.215	26.825

O montante em 30/06/2024, registrado em Depósitos Judiciais (Ativo Circulante e não Circulante) efetuados para contingências trabalhistas e cíveis é de R\$ 57.662 (R\$ 55.123 em 31/12/2023).

A movimentação das provisões no segundo trimestre de 2024 está demonstrada a seguir:

Ações	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31/12/2023	70.219	7.457	21.302
Adições	697	149	535
Reversões (-)	(48.699)	(2.101)	-
Baixas (-)	(1.194)	(43)	-
Saldo em 30/06/2024	21.023	5.462	21.837

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**15.1) Natureza das contingências****a) Provisão para Contingências Trabalhistas.**

Consiste, principalmente em ações decorrentes de Dissídio Coletivo, de reclamações de ex-empregados reivindicando a reintegração ao emprego, com o pagamento dos salários vencidos no período de afastamento e de diferenças de verbas rescisórias. Como destaque, a CETESB é parte de uma ação decorrente do Dissídio Coletivo referente aos anos de 2020 e 2021, que envolve todos os seus empregados. Em relação ao referido Processo, o TST, em sessão realizada em 11.12.2023 deu provimento parcial aos Embargos de Declaração interpostos pela CETESB, vedando qualquer reajuste salarial e de benefícios até 31.12.2021, deste modo, conferiu efeito modificativo ao julgado em 18.07.2022 que condenou parcialmente a Companhia ao pagamento das parcelas relativas as diferenças dos salários que compreendem os períodos entre (30.04.2020 até dezembro de 2021 e 01.05.2021 até dezembro de 2021). Da mesma forma que ocorreu no dissídio de 2020, foram apresentados embargos de declaração pelos Sindicatos, mas tal recurso não foi acolhido, transitando-se em julgado a decisão proferida em 15.03.2024. Os autos foram devolvidos ao Tribunal Regional do Trabalho e arquivados definitivamente em 26.03.2024. Mediante tais eventos, nossos consultores jurídicos atualizaram a classificação de risco de perda provável para possível. Assim, a provisão atualizada até 30/06/2024 de R\$ 48,7 milhões que foi depositada em juízo, com base na ação executória provisória de Ação de Cumprimento de Sentenças, foi revertida no 1º trimestre de 2024, conforme demonstrado na rubrica 20.

b) Provisão para Contingências Cíveis

Consiste, principalmente, de ações com características próprias, sendo, em sua grande maioria, mandados de segurança, contra a aplicação das fórmulas para cálculo do preço das licenças ambientais decorrentes da Decisão de Diretoria nº 315/2015/C e dos Decretos Estaduais nº 62.973/2017 e nº 64.512/2019, em que há a possibilidade de desembolso indireto pela devolução de valores pagos no âmbito dos processos relativos às emissões de licenças.

c) Provisão para Contingências Fiscais**c.1) Exercício de 2009**

Em 2014, a Receita Federal do Brasil constituiu crédito tributário de R\$ 36.587 referente a contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) relativas à 2009. O montante atualizado em

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30/06/2024 é de R\$ 72.625, classificado pelo Departamento Jurídico da seguinte forma: R\$ 21.837, como perda provável e R\$ 50.788 como perda possível. O referido crédito tributário encontra-se em execução fiscal, processo nº 0033927-88.2015.403.6182 e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB. O Seguro Garantia poderá ser alterado conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

c.2) Exercício de 2013

Em 2018, a Receita Federal do Brasil emitiu Auto de Infração contra a CETESB, relativo à CSLL do exercício de 2013, no montante de R\$ 26.249. A Companhia ingressou com impugnação ao Auto de Infração na esfera administrativa, questionando o valor arbitrado da contribuição, composto por: montante principal de R\$ 6.571 e multa de R\$ 19.678. Nos termos do Acórdão nº 16-86.301, proferido em 14/03/2019 a impugnação foi julgada procedente em parte, mantendo o crédito tributário no valor originário de R\$ 3.548, cujo valor atualizado em 30/06/2024 é de R\$ 6.634. A Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e aguarda julgamento. Em 30/06/2024, o Departamento Jurídico da CETESB manteve a classificação desse processo como “perda possível”.

c.3) Exercícios de 2016 e 2017

Em 13.01.2021, a Receita Federal analisou a documentação referente ao cumprimento das obrigações principais e acessórias pertinentes à contribuição ao Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (“PIS/PASEP”), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) do período de apuração de 01.01.2016 a 31.12.2017. Após análise, instaurou um Processo que culminou no Auto de Infração em relação à CSLL constituindo um crédito tributário no valor de R\$ 4.543, em relação à PIS/PASEP e COFINS instaurou outro Processo, culminado na lavratura dos Autos de Infração e a constituição de crédito tributário no valor de R\$ 3.582 e R\$ 16.531, respectivamente. As autuações totalizaram R\$ 24.656, cujo valor atualizado em 30/06/2024 é de R\$ 31.788. As autuações foram recebidas pela CETESB em 14.01.2021. Em 15.02.2021, foram apresentadas tempestivamente suas impugnações. As autuações estão em fase extrajudicial aguardando decisões de primeira instância que poderão ser objeto de recurso voluntário ao CARF. Há questionamento expresso sobre a base de cálculo das autuações, além da discussão judicial em paralelo sobre o regime de apuração e a composição da base de cálculo para a incidência do PIS/COFINS. Desta forma, a análise do Departamento Jurídico é que tais autuações devem ser classificadas como “perda possível”.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***d) Divulgação de Processos classificados como Perda Possível**

	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Trabalhistas	58.467	9.367
Cíveis	76.678	75.061
Fiscais:		
Autos Infrações - 2009 (1)	50.788	49.563
Auto Infração - 2013 (2)	6.634	6.412
Autos Infrações - 2016/17 (3)	<u>31.788</u>	<u>30.657</u>
Total	224.355	171.060

- 1) Receita Federal - Autos de infrações, relativos ao exercício de 2009, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. Ação judicial em curso mediante seguro garantia.
- 2) Receita Federal – Auto de Infração, relativo ao exercício de 2013, pelo não recolhimento da CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.
- 3) Receita Federal – Autos de Infrações, relativos aos exercícios de 2016 e 2017, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

16. PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em outubro de 2020, a CETESB contratou a Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil, para identificar oportunidades de compensação de contribuições previdenciárias recolhidas em exercícios anteriores com base em interpretação da legislação então vigente. Esse levantamento julgou que o valor de R\$ 59.265 teria sido recolhido a maior nos últimos 5 anos anteriores à 2020. A CETESB optou por fazer a compensação mensal desse valor pago a maior no recolhimento do INSS patronal, abatendo do mesmo, R\$ 264, R\$ 29.582 e R\$ 29.419 dos recolhimentos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, por meio de PERDCOMP. A Administração da CETESB, baseada na análise de seus consultores jurídicos, avaliou os riscos desse procedimento e decidiu fazer o provisionamento dos valores compensados atualizados, enquanto aguarda a homologação do processo de compensação na Receita Federal do Brasil. Em 30/06/2024, o montante provisionado atualizado é de R\$ 85.652 (R\$ 81.439 em 31/12/2023). A variação de R\$ 4.213 foi contabilizada na rubrica Atualização Legal Contribuições Previdenciárias, demonstrada na nota explicativa nº 21.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- a) Capital Social:** o capital social está representado por 5.679.218.530 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante de R\$ 170.377 em 30/06/2024 (R\$ 170.577 em 31/12/2023), sendo 99,9999% pertencente à Fazenda do Estado de São Paulo e, 0,0001% de ações em tesouraria.
- b) Reservas de Reavaliação:** A Companhia realizou no exercício de 2003, a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No segundo trimestre de 2024 houve a realização do montante de R\$ 141, correspondente à depreciação calculada e reconhecida no resultado, sobre os bens reavaliados. Desta forma o saldo das Reservas de Reavaliação é de R\$ 18.857 (R\$ 18.998 em 31/12/2023);
- c) Prejuízos Acumulados:** Compreende o lucro acumulado no segundo trimestre de 2024 no valor de R\$ 37.799 mais a reserva de reavaliação (R\$ 156) e o prejuízo acumulado do exercício anterior no montante de (R\$ 132.018), totalizando o montante de (R\$ 94.063).
- d) Antecipação de Dividendos:** A Assembleia Geral Ordinária de 25/04/22 aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 63.877, relativos ao exercício de 2021, pagos em 20 de maio de 2022. Como a Companhia reapresentou suas demonstrações contábeis de 2020 e 2021, com o objetivo de retificar alguns registros contábeis dos exercícios supracitados, os dividendos relativos ao exercício de 2021, foram distribuídos por um valor a maior de 7.133, conforme demonstrativo abaixo:

Distribuição de Dividendos - Exercício 2021	Original	Reapresentado
Lucro Líquido do Exercício	67.239	59.730
Apropriação à Reserva Legal - 5%	(3.362)	(2.987)
Reservas de Lucros	63.877	56.744
Dividendos obrigatórios - 25%	(15.969)	(14.186)
Reservas de Lucros a realizar	47.908	42.558

18. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

No quadro a seguir, a CETESB demonstra, em detalhes, a composição de suas receitas operacionais líquidas, sendo que merecem destaque: a subvenção econômica, as receitas obtidas com o sistema de licenciamento ambiental e as receitas auferidas com o recebimento de multas ambientais.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De imediato, deve ser ressaltada a importância da receita “Subvenção Econômica”, que até 30/06/2024 representou 23,7% do montante das receitas líquidas. A Companhia, na condição de “empresa dependente”, consoante o inciso III do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), recebeu do Governo do Estado de São Paulo a subvenção econômica estabelecida pela Lei Estadual nº 17.863 de 22/12/2023 (lei orçamentária anual), na importância de R\$ 165.937 milhões. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das cotas fixadas no Decreto Estadual nº 68.309, de 18/01/2024 (decreto de execução orçamentária).

Outra receita de grande importância é a obtida com o licenciamento ambiental, a atividade de maior relevância para a CETESB em termos de “controle preventivo da poluição”. Os preços cobrados pelas licenças ambientais emitidas estão regulamentados pelo Decreto Estadual nº 8.468, de 08/09/1976 e suas alterações, sendo, as mais recentes, pelo Decreto Estadual nº 62.973, de 28/11/2017 e Decreto Estadual nº 64.512, de 03/10/2019. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das licenças ambientais, vez que, segundo a legislação vigente, somente devem ser efetuados “à vista”.

Ainda com relação ao licenciamento ambiental, há que se ressaltar a atividade de “controle corretivo da poluição”, representado pela aplicação de multas ambientais aos que desrespeitam a legislação acima mencionada, dentre outras. Os ingressos de recursos decorrentes do recebimento de multas ambientais também foram reconhecidos contabilmente somente quando de seu efetivo recebimento, consoante CPC-00-Estrutura Conceitual.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>2º Tri 24</u>	<u>2º Tri 23</u>
Subvenção Econômica	66.537	37.018	35.158	18.840
Exercício de Poder de Polícia				
Licenciamento	183.425	176.960	102.184	91.689
Multas Ambientais	26.703	34.446	13.646	22.427
Taxa de Fiscalização Ambiental	9.293	8.478	9.293	8.478
Subtotal	219.421	219.884	125.123	122.594
Venda de Serviços/Produtos				
Certificação Veículos/Motocicletas	4.214	3.610	2.340	1.782
Fehidro Agente Tecnico	45	791	29	309
Emissão de Certidões	701	458	409	223
FECOP	171	917	139	505
Cursos	519	565	387	332
Análises Laboratoriais	355	432	144	157
Demais Receitas	36	66	19	16
Subtotal	6.041	6.839	3.467	3.324
Deduções				
ISS/ICMS	(262)	(235)	(149)	(117)
PASEP/COFINS	(8.119)	(8.176)	(4.641)	(4.552)
Devoluções Licenciamento	(2.370)	(2.505)	(1.337)	(1.141)
Cancel. de Multas Ambientais	(663)	(237)	(87)	(65)
Subtotal	(11.414)	(11.153)	(6.214)	(5.875)
Total	280.585	252.588	157.534	138.883

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos

	Custo dos Serv. e Produtos Vendidos e Subvencionados			
	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>2º Tri 2024</u>	<u>2º Tri 2023</u>
Pessoal e Reflexos	178.994	166.947	89.320	87.070
Remuneração Diretoria	707	592	373	315
Assistência Médica	9.668	8.953	4.887	3.939
Materiais	3.463	4.994	2.117	2.230
Serviços de Terceiros	9.981	8.228	5.023	3.878
Viagens	957	563	650	379
Aluguéis	449	349	232	208
Utilidades	1.822	1.812	956	864
Imp/Taxas e Contribuições	435	864	21	156
Depreciações/Amortizações	6.745	5.146	3.489	2.582
Distribuição de Custos	2.281	2.217	1.247	1.150
Demais Despesas	184	385	94	141
Total	<u>215.686</u>	<u>201.050</u>	<u>108.409</u>	<u>102.912</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Despesas

	Despesas Gerais e Administrativas			
	30.06.2024	30.06.2023	2º Tri 2024	2º Tri 2023
Pessoal e Reflexos	50.393	58.751	25.523	33.913
Pessoal Afastamento SEMIL	12.119	6.907	5.927	(994)
Pessoal Afastamento Fund Florestal	556	177	300	(3)
Remuneração Diretoria	403	385	204	198
Assistência Médica	5.915	7.879	3.384	3.681
Remuneração Órgãos Estatutários	1.177	1.119	588	633
Recup. Pessoal Afastamentos Outros Órgãos	(131)	(125)	(57)	(54)
Materiais	1.213	1.146	527	633
Serviços de Terceiros	6.992	6.075	4.644	3.241
Servs. Prestados Partes Relacionadas	414	226	28	43
Viagens	386	293	236	165
Aluguéis	1.592	102	830	52
Utilidades	1.336	1.151	737	519
Seguros	274	129	145	73
Imp/Taxas e Contribuições	100	677	25	358
Depreciações/Amortizações	2.823	2.522	2.577	1.328
Baixas com venda de imobilizado	(1.165)	-	(1.078)	-
Distribuição de Custos	(2.281)	(2.217)	(1.247)	(1.150)
Demais Despesas	2.308	482	(425)	138
Total	84.424	85.679	42.868	42.774

20. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	30.06.2024	30.06.2023	2º Tri 2024	2º Tri 2023
Recuperação Desp. de Convênios	2.344	4.127	1.485	614
Outras Recuperações	87	182	46	109
Prov. e Reversões de Contingências				
Trabalhistas/Cíveis e Outras	49.953	(12.839)	(698)	869
Outras Provisões e Reversões	(2.232)	(2.880)	(617)	(317)
Outras Despesas e Receitas	1.576	3.622	(388)	3.002
Total	51.728	(7.788)	(172)	4.277

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>2º Tri 2024</u>	<u>2º Tri 2023</u>
Receitas Financeiras				
Atualização Legal PGE	465	382	171	131
Atualização Legal Outros	3.013	3.542	1.330	1.519
Rendimentos Corretora	1.062	939	379	456
Rendimentos Aplicação Financeira	1.314	2.473	727	2.473
Outras Receitas Financeiras	294	4.875	242	3.946
Total	6.148	12.211	2.849	8.525
(-) Despesas Financeiras				
Despesas Bancárias	(259)	(267)	(126)	(115)
Atualização Legal	(1.558)	(3.397)	(476)	(1.578)
Atualização Cont. Previdenciárias	(4.213)	(4.631)	(2.245)	(2.316)
Outras Despesas Financeiras	(64)	(65)	(10)	(58)
Total	(6.094)	(8.360)	(2.857)	(4.067)
RESULTADO FINANCEIRO	54	3.851	(8)	4.458

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

23. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, pela Deliberação nº 1, de 15/03/2024, com vigência a partir de 11/02/2023, aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 24/04/2024.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**b) Transações com Entidades Estaduais****I) Serviços contratados**

Em 30 de junho de 2024 e 2023, a Companhia possuía em aberto o montante de R\$ 414 e R\$ 226 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica “Serviços Prestados Partes Relacionadas” no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”(nota explicativa 19 b):

Empresas	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
PRODESP	247	170
SABESP	167	56
Total	414	226

II) Serviços prestados

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou no 2º trimestre de 2024 e 2023 com as partes relacionadas, o montante de R\$ 3.715 e R\$ 2.574, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de curso, serviços e produtos.

Empresas	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
SABESP	3.586	2.453
METRO	79	-
DER	43	53
EMAE	3	4
EMTU	2	3
CESP	1	4
CPTM	1	4
CDHU	-	53
Total	3.715	2.574

A contabilização dos gastos e custeio da Companhia em relação aos empregados afastados junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL e Fundação Florestal-FF foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566ª reunião, realizada em 15/12/2021. No demonstrativo abaixo estão detalhadas as despesas referentes ao segundo trimestre de 2024.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)
30.06.2024 30.06.2023

Natureza da transação	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	11.232	-	11.232	-	6.489	-	6.489
Benefícios a empregados	-	887	-	887	-	419	-	419
Telefone	-	111	-	111	-	23	-	23
Aprop. Depreciação	-	92	-	92	-	73	-	73
Energia Elétrica	-	139	-	139	-	122	-	122
Água/Esgoto	-	72	-	72	-	40	-	40
IPTU	-	6	-	6	-	134	-	134
Serv. Terceiros	-	517	-	517	-	362	-	362
TOTAL		13.056		13.056		7.662		7.662

Secretaria de Meio Ambiente e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)
2º Trimestre 2024 2º Trimestre 2023

Natureza da transação	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	5.474	-	5.474	-	100	-	100
Benefícios a empregados	-	453	-	453	-	(1.093)	-	(1.093)
Telefone	-	69	-	69	-	1	-	1
Aprop. Depreciação	-	46	-	46	-	(2)	-	(2)
Energia Elétrica	-	79	-	79	-	58	-	58
Água/Esgoto	-	37	-	37	-	31	-	31
IPTU	-	6	-	6	-	101	-	101
Outros Materiais	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Serv. Terceiros	-	246	-	246	-	157	-	157
TOTAL		6.410		6.410		(650)		(650)

Fundação Florestal
30.06.2024

30.06.2023

Natureza da transação	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	378	-	378	-	161	-	161
Benefícios a empregados	-	179	-	179	-	17	-	17
Telefone	-	44	-	44	-	10	-	10
Aprop. Depreciação	-	37	-	37	-	29	-	29
Energia Elétrica	-	55	-	55	-	48	-	48
Água/Esgoto	-	29	-	29	-	17	-	17
IPTU	-	3	-	3	-	54	-	54
Serv. Terceiros	-	207	-	207	-	144	-	144
TOTAL		932		932		480		480

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza da transação	Fundação Florestal 2º Trimestre 2024				2º Trimestre 2023			
	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	198	-	198	-	9	-	9
Benefícios a empregados	-	103	-	103	-	(12)	-	(12)
Telefone	-	27	-	27	-	-	-	-
Aprop. Depreciação	-	18	-	18	-	1	-	1
Energia Elétrica	-	32	-	32	-	31	-	31
Água/Esgoto	-	15	-	15	-	16	-	16
IPTU	-	3	-	3	-	54	-	54
Serv. Terceiros	-	98	-	98	-	92	-	92
TOTAL		494		494		191		191

c) Afastamento de Empregados

Em 30 de junho de 2024, a CETESB possuía 64 empregados afastados à SEMIL e 03 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica “Pessoal Afastamentos SEMIL e Fundação Florestal”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, pelo montante de R\$ 12.119 e R\$ 556 respectivamente, demonstradas na nota explicativa 19.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica “Recuperação de Despesas – Afastamento de Empregados”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, pelo montante de R\$ 131 e (R\$ 125 em 30/06/2023), demonstradas na nota explicativa nº 19.

d) Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas

Em 07 de outubro de 2023, foi firmado o Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas número 01/2023/CETESB, registro número 084677/2023-54, pelos representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF). O presente termo estabelece a utilização compartilhada dos imóveis da CETESB pelos órgãos citados, bem como o rateio das despesas comuns relacionadas à manutenção funcional dos imóveis (aluguel, condomínio, água, luz, telefone, limpeza, segurança, portaria, recepção, materiais de consumo), utilidades públicas, serviços comuns e despesas gerais.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O critério adotado para o rateio foi a fração de ocupação de área fixada para cada órgão participante, sendo de 76,28% da CETESB, 18,34% da SEMIL e 5,38% da Fundação Florestal. O presente termo foi firmado por prazo indeterminado e os valores serão cobrados no mês subsequente ao término de cada trimestre anual, mediante a prestação de contas apurada pelo órgão gestor (CETESB).

e) Utilização de Imóveis

A SEMIL – Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Fundação Florestal ocupam cerca de 23,72% da área do imóvel da sede da CETESB.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Agência Ambiental	Cedente	Início	Vencimento
ABC I	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
ABC II	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SEMIL		Indeterminado
Atibaia	Prefeitura	2018	06/12/2038
Avaré	SEMIL	2001	Indeterminado
Barretos	Prefeitura	2018	19/02/2028
Bauru	SP+Perto		Indeterminado
Botucatu	Prefeitura	2018	20/12/2048
Campinas	Secret. Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Capão Bonito	Prefeitura	2008	02/08/2025
Dracena	Prefeitura	2014	Renovando
Embu das Artes	SEMIL		
Franca	Prefeitura		
Guarulhos	Prefeitura	2008	Indeterminado
Itapetininga	DER	2014	Indeterminado
Jabotical	Prefeitura	2013	07/07/2031
Jales	Prefeitura	2008	Indeterminado
Jundiai	DER	2003	Indeterminado
Limeira	Prefeitura	2011	07/11/2026
Marília	Secret. Agricultura e Abastecimento	2000	Indeterminado
Mogi das Cruzes	Prefeitura	2010	Renovando
Mogi Guaçu	Prefeitura	2019	11/03/2029
Osasco	Semil		
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Registro	Projeto SP+Perto	2012	Indeterminado
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Indeterminado
Santo Amaro	Semil		
São Carlos	Secret. Agricultura e Abastecimento	2008	Indeterminado
São João da Boa Vista	Prefeitura	2020	16/09/2050
São José do Rio Preto	DER	2006	07/07/2025
São José dos Campos	Prefeitura	2017	
Sorocaba	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Tatuapé	SEMIL	2017	25/10/2038
Taubaté	DAEE	2005	Indeterminado
Votuporanga	Prefeitura	2019	17/05/2029

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. REMUNERAÇÕES PAGAS AOS ADMINISTRADORES

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, com os montantes dos exercícios registrados nas rubricas “Remuneração de Diretoria” e “Remuneração de Órgãos Estatutários”, conforme demonstrado abaixo, foram registrados no grupo “despesas gerais e administrativas” (nota explicativa nº 19 “a” e “b”, respectivamente).

	Valores				Número de Membros	
	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>2º Tri 2024</u>	<u>2º Tri 2023</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
Conselho de Administração	586	635	290	367	11	11
Comitê de Auditoria (*)	387	306	194	177	3	3
Conselho Fiscal	204	178	105	90	5	5
Diretoria	1.110	977	579	512	5	5
Total	2.287	2.096	1.168	1.146	24	24

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata *temporis*, no mês de dezembro de cada ano.

(*) Conforme estatuto da Companhia, integrará o Conselho de Administração o(a) Diretor(a)-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

25. Eventos Subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório de revisão das informações financeiras
intermediárias

Referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

**Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
São Paulo – SP**

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis relevantes e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias supracitadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Dependência financeira

Os fluxos de caixa da Companhia são monitorados pelo Sistema Integrado de Execução da Despesa, Empenho e Controle (SIEDESC) da CETESB e pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, que libera as subvenções paulatinamente, a fim de garantir a sustentabilidade das suas atividades, sem prejuízo da continuidade operacional. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2 "a", a CETESB recebe, a título de subvenção econômica da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, valores previstos na Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.863, de 22/12/2023). Esses recursos são consignados para pagamento de despesas com "Pessoal e Encargos Sociais" e "Custeio". Em função disso, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros considerados normais para uma empresa estatal dependente, com níveis mínimo e máximo de caixa dentro dos padrões do controlador. As demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Barueri, 23 de agosto de 2024

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica